



PREFEITURA DE SUZANO

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO

026/2026

Processo Administrativo

13.019/2025

CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO (987151)

OBJETO

Locação de licença de uso de sistema on-line e off-line para o ensino da rede municipal de Suzano

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.820.910,00 (Um milhão, oitocentos e vinte mil, novecentos e dez reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	11
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
8. DOS RECURSOS	18
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	23
ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021	46
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)	46
2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO	47
3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)	47
4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO	48
5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)	48
6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)	48
7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)	48
8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)	48
9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)	49
10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)	50
11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)	50
12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)	52
13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)	53
14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)	53
15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES	53
16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO	54
17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – LGPD	54
18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	54
19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)	55

EDITAL**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026**

(Processo Administrativo nº 13.019/2025)

Torna-se público que o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO, localizada na Rua Baruel, nº 501, Centro, CEP 08675-902, telefone (11) 4745-2191, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), nos Decretos Municipais nº 9.126/2017 (Decreto de delegação de poderes aos Secretários), 10.010/2024 (Decreto de regulamentação da NLL) e nº 10.026/2024 (Decreto de comissão, pregoeiro, agente de contratação, membros e equipe de apoio) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a Locação de licença de uso de sistema on-line e off-line para o ensino da rede municipal de Suzano conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 2 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro

internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

- 2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.16.1 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não

ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. valor unitário e total do item;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 4.2.1.O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1.O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3.Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 4.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (zero virgula um por cento).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
 - 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
 - 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

- 5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.21.2.2. empresas brasileiras;
- 5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

- 6.1.3. Relação de Apenados – TCESP, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados>); e
- 6.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 3.6 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
- 6.7.1. indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas;
- 6.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.
- 6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.8.1. conter vícios insanáveis;
- 6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

- 6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.9.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de executabilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 6.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.11. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.
- 6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 6.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo

ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

- 6.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 6.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
 - 6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra/catálogo, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no item 7, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
 - 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Habilitação Jurídica:

- 7.2.1.registro comercial, no caso de empresa individual; ou
 - 7.2.2.ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
 - 7.2.3.inscrição do ato constitutivo, e modificações subsequentes, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou
 - 7.2.4.decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando se tratar de firma estrangeira em funcionamento no país e a atividade assim o exigir.
- 7.3. Qualificação Técnica: a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:
- 7.3.1.Atestado(s) de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto desta licitação, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
 - 7.3.1.1. o(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado do emitente, conter identificação do signatário, nome, endereço, telefone e, se for o caso, correio eletrônico para contato, a fim de possibilitar possíveis diligências.
 - 7.3.1.2. A apresentação de atestado(s) com conteúdo falso caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 7.4. Qualificação Econômico-financeira:
- 7.4.1.certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor cível da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade não superior a sessenta (60) dias e não vencida na data da abertura da licitação, salvo se outro prazo de validade estiver assinalado no próprio documento;
 - 7.4.2.em caso de recuperação judicial, deverá cumprir integralmente os dispostos da Sumula nº 50 do TCE/SP, apresentando Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.
- 7.5. Regularidade fiscal, social e trabalhista:
- 7.5.1.inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
 - 7.5.2.inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital;
 - 7.5.3.certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - 7.5.4.prova de regularidade para com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal (Tributos Mobiliários), do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
 - 7.5.4.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como a prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
 - 7.5.4.2. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Tributários Inscritos e/ou não Inscritos na Dívida Ativa do Estado do domicílio ou sede da licitante;

- 7.5.4.3. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pelo Município do domicílio ou sede da licitante.
- 7.5.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão de regularidade por meio de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 7.5.6. as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:
- 7.5.6.1. havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco (5) dias úteis, a contar da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura Municipal de Suzano, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 7.5.6.2. a não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem “7.5.6.1”, acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente e neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam às exigências deste edital e seus anexos.
- 7.5.7. a falsidade quanto ao atendimento dos requisitos para os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 7.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.8.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada, por meio de Cartório competente, ou autenticação por meio digital, devidamente acompanhados dos certificados de autenticidade digital, constando a chave para possível verificação de sua veracidade.

- 7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.14. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.17. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

- 7.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 7.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - 7.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.16.1.
- 7.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,

encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Suzano.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 9.1.5. fraudar a licitação
 - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

- 9.1.8.praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1.advertência;
 - 9.2.2.multa;
 - 9.2.3.impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1.a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2.as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1.Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 9.4.2.Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Prefeitura Municipal de Suzano.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:
 - 10.3.1. Através do e-mail: pmsuzano.licita@gmail.com; ou
 - 10.3.2. Pelo sistema do portal <https://www.gov.br/compras/>; ou
 - 10.3.3. No Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Suzano, sito na Rua Baruel, nº 501, Centro, Suzano/SP, CEP 08675-902, 1º andar, sala 106, em horário de expediente para o público, das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.9.1. Registra-se que para as especificações dos itens prevalecerá, obrigatoriamente, a deste edital ou seus Anexos, sobre as especificações do portal, em razão do catálogo de materiais – CATMAT não possuir as especificações completas dos itens conforme necessidade do Município.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://suzano.sp.gov.br/>.
- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Suzano, 27 de abril de 2026

RENATA PRISCILA VALENCIO MAGALHÃES
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

Contratação de solução tecnológica educacional para apoio ao ensino e à aprendizagem de Matemática dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Suzano, incluindo plataforma digital customizada e alinhada ao currículo da rede municipal de ensino de Suzano, avaliações diagnósticas e formativas, trilhas de aprendizagem, relatórios analíticos e individualizados das habilidades não consolidadas dos estudantes, do acesso de estudantes e professores, formação de professores, ações que promovam o protagonismo estudantil e suporte técnico-pedagógico presencial e contínuo, com a disponibilização mínima de 01 (um) profissional residente da empresa para acompanhamento diário na SME. As responsabilidades deste profissional incluem: a extração e análise de relatórios analíticos das habilidades não consolidadas, o monitoramento preventivo de engajamento de alunos e docentes, e a mediação técnica imediata para garantir a continuidade pedagógica em tempo real em todas as unidades escolares.

O planejamento, a definição das escolas atendidas, as prioridades e o cronograma das ações presenciais e formativas serão realizados de forma colaborativa e validados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação (SME).

Item	Descrição	Apres.	Qtdd	Valor Unitário	Valor Total
1	Locação de licença de uso de sistema on-line e off-line para ensino de matemática, incluindo implantação, capacitação para os profissionais, suporte técnico-pedagógico presencial diário e infraestrutura tecnológica.	Serviços	13.500	R\$ 133,46	R\$ 1.801.710,00
2	Capacitação para os profissionais.	Serviços	800	R\$ 24,00	R\$ 19.200,00
				TOTAL	R\$ 1.820.910,00

1.1. 1.1. DETALHAMENTO DO OBJETO

1.1.1. Contratação de empresa para locação de licença de uso de sistema on-line e off-line para o ensino e aprendizagem de matemática, incluindo implantação, capacitação e treinamento; suporte e infraestrutura tecnológica para alunos, professores, coordenadores pedagógicos, gestores de unidades de ensino e equipe técnica da SME, na rede municipal durante o período de 12 (doze) meses.

1.1.2. As diretrizes do MEC, da legislação vigente em todas as suas esferas e da Secretaria Municipal de Educação deverão ser abrangidas pelo sistema em toda sua amplitude, bem como as unidades educacionais de ensino fundamental, nas metodologias de ensino seriada e progressiva localizadas na Rede Municipal.

1.1.3. A implantação do sistema deverá contemplar todos os serviços necessários para preparar o sistema e os servidores para plena utilização do sistema, englobando: planejamento e gerenciamento do projeto, instalação e configuração do sistema, migração de dados e construção de integrações e capacitação dos usuários e multiplicadores de conhecimento.

1.1.4. A Contratada disponibilizará uma central de atendimento aos usuários (Gestores, Administradores e Professores) de maneira online via chat de atendimento, e-mail, DDG 0800 e mensagens eletrônicas, com o objetivo de fornecer esclarecimentos sobre a utilização do sistema e sanar eventuais dúvidas.

1.1.5. A Contratada deverá garantir o pleno funcionamento do sistema bem como suas atualizações, suporte e manutenção.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

No âmbito educacional, estar em sintonia com tecnologias educacionais inseridas no processo de aprendizagem, é ter a oportunidade de apresentar caminhos educacionais significativos, com propostas inovadoras que buscam a construção de uma nova concepção de ensino, pautado nas necessidades atuais evidentes do processo educacional

Os recursos tecnológicos inseridos na prática pedagógica, contextualizam a vida dos jovens nascidos na era digital, oportunizam e ampliam a inserção do conhecimento, estimulam novas experiências através da tecnologia e constroem novas competências, que contribuem significativamente para o processo de ensino-aprendizagem individual e coletivo, pois o propósito é formar um currículo tecnológico que atenda aos desafios e propostas apresentadas na sociedade humana.

O termo tecnologia remete-nos à evolução, ao progresso, ao avanço tecnológico de forma progressiva, que diretamente influencia a vida das pessoas. Partindo desse princípio, o cotidiano escolar pode contribuir, incorporando a tecnologia como recurso pedagógico, que propicia instrumentos para a construção de novos conceitos, permitindo a consolidação do universo do conhecimento.

Segundo Kenski (2012, p. 22) “[...] a expressão “tecnologia” diz respeito a muitas outras coisas além das máquinas. O conceito tecnologia engloba a totalidade de coisas que a engenhosidade do cérebro humano conseguiu criar em todas as épocas, suas Formas de uso, suas aplicações”. Ainda segundo Papert (1994), as novas tecnologias trazem um potencial valioso, além do dinamismo no ambiente de aprendizagem. As tecnologias de informação, desde a televisão até os computadores e todas as suas combinações, abrem oportunidades sem precedentes para a ação a fim de melhorar a qualidade do ambiente de aprendizagem, pelo que me refiro ao conjunto inteiro de condições que contribuem para moldar a aprendizagem no trabalho, na escola, e no brinquedo. (PAPERT, 1994, p. s). As inovações tecnológicas estão arraigadas na sociedade mundial. No Brasil, em termos educacionais, as contribuições tecnológicas fortalecem o elo da construção do indivíduo consciente, crítico e ativamente engajado, pois muito mais do que uma formação escolar baseada em conteúdos didáticos, a tecnologia contribui para a formação do indivíduo na sociedade do conhecimento, destacando suas capacidades sociais e interpessoais.

Neste contexto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que faz referência dos conhecimentos indispensáveis a todos os alunos da educação básica, bem como o Referencial Curricular Nacional, tendo o intuito de reduzir as desigualdades de aprendizado, estabelecendo as habilidades e competências fundamentais em cada etapa da educação básica. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reconhece os benefícios que a inserção da cultura digital, promove no desenvolvimento do aluno e apresenta um Currículo de Referência em Tecnologia, relacionado com uma ou mais competências gerais e habilidades, contribuindo de forma prática e objetiva com a construção de um currículo integrado e integrador na esfera

escolar, enfatizando a tecnologia como um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento de cidadãos críticos e responsáveis na sociedade contemporânea.

Para que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura possa auxiliar seus alunos no pleno desenvolvimento de suas capacidades é necessário oferecer meios pelos quais alunos e professores possam estimular o processo de ensino e aprendizagem de forma dinâmica e alinhadas com as expectativas do jovem do século XXI. Nessa perspectiva um dos pontos mais sensíveis é o ensino de matemática, que historicamente não consegue atingir patamares satisfatórios de aprendizagem segundo sistemas de avaliações nacionais e estaduais. Ao entender sua abrangência e inevitabilidade nas mais diversas circunstâncias, nota-se que a incorporação de novas metodologias tecnológicas no cotidiano escolar, faz com que a tecnologia, seja um dos agentes promissores para atender às diversas demandas sociais, onde o aluno ao desenvolver o próprio protagonismo não só daquilo que chega, do que é assimilado, transformado e colocado em prática, torna a aprendizagem plena no sentido do aprender a aprender.

A tecnologia é um instrumento que fortalece o currículo escolar, pois promove o desenvolvimento cultural, social, pessoal e intelectual dos educandos, uma vez que aprimora a capacidade de concentração, autoestima, consciência crítica, relacionamento interpessoal, comunicação interpessoal e motivação. O objetivo geral é inserir a tecnologia, como ferramenta de ensino e recurso para motivar a pesquisa e análise de mecanismos existentes, nos diferentes segmentos do processo da construção do aprendizado, com o intuito de instigar no aluno a voracidade em absorver novos conhecimentos, através do estudo de conceitos multidisciplinares apresentados no currículo escolar e incluir a tecnologia digital, para contribuir com a inovação dos métodos de ensino.

Além disso, destacam-se os seguintes objetivos específicos:

1. Desenvolver na criança a capacidade de solucionar problemas, utilizando a lógica de forma eficiente, compreendendo conceitos das diversas áreas do conhecimento e exercitando-os na prática;
2. Encorajar a criança a vivenciar a aprendizagem, experimentando, testando soluções e permitindo que sejam criativos e capazes de resolver problemas com autonomia;
3. Incentivar a aprendizagem científica, por meio da criatividade, estimulando a experimentação de ideias, exploração de pesquisas e o alcance de resolução de problemas; Estimular a sensação de pertencimento e de autoria, que visa tirá-los da passividade e os coloca no centro do processo de aprendizagem, formando alunos empreendedores capazes de tomar decisões;
4. Criar situações de pertencimento e dar voz aos alunos, permitindo que participem ativamente da criação do seu conhecimento;
5. Desenvolver a concentração e a observação, encorajando os alunos a se envolverem de forma concreta, prazerosa e lúdica para a criação dos seus projetos tecnológicos;
6. Estimular a aplicação das teorias formuladas às atividades concretas;
7. Ser capaz de organizar suas ideias a partir de uma lógica mais sofisticada de pensamento;
8. Proporcionar a curiosidade pela investigação, levando ao desenvolvimento intelectual da criança, permitindo a construção de projetos de aparato experimental, desde o artesanal até as primeiras representações tecnológicas;
9. Possibilitar resolução de problemas por meio de erros e acertos.
10. O objetivo principal da contratação da Plataforma é conseguir desenvolver múltiplas competências em matemática nos alunos matriculados na Educação Básica. Essas competências obrigatoriamente devem estar alinhadas ao Campo de Experiências, apresentado pela BNCC. Além dos objetos de aprendizagem, a Plataforma deverá colaborar para que a disciplina de matemática possa alcançar os objetivos específicos atribuídos à disciplina de matemática.
11. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para

solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.

- 12.** Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.
- 13.** Compreender as relações entre conceitos e procedimentos do campo de experiências “Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações” em seus objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes; relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência; expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.
- 14.** Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.
- 15.** Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.
- 16.** Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados).
- 17.** Desenvolver e/ou discutir projetos que abordam, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
- 18.** Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.
- 19.** Fomentar o processo de introdução do Pensamento Computacional no dia a dia do aluno e do professor, através de conteúdos matemáticos e de práticas inovadoras de ensino.

3. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.

A CONTRATADA deverá disponibilizar solução educacional, na modalidade de Software como Serviço (SaaS), para o ensino e aprendizagem de matemática, que contemple os seguintes requisitos mínimos:

- **Plataforma e Conteúdo:** Disponibilizar plataforma digital acessível por múltiplos dispositivos (computadores, tablets, smartphones) com funcionamento comprovado nos modos on-line e off-line. O conteúdo pedagógico deverá ser apresentado em formato de plataforma gamificada, interativa e adaptativa, cobrindo o currículo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com milhares de atividades em conformidade com a BNCC, incluindo temas de Educação Financeira.
- **Ferramentas Pedagógicas:** A plataforma deve permitir a criação de trilhas de aprendizagem personalizadas por professores e gestores; possuir ferramenta para criação e aplicação de avaliações; e permitir o gerenciamento completo de usuários em conformidade com a LGPD.

- Relatórios: Emitir relatórios de acompanhamento em múltiplos níveis (aluno, turma, escola), incluindo relatórios detalhados de habilidades não consolidadas para professores e relatórios simplificados com envio automatizado para pais e responsáveis.
- Integração: A plataforma deverá possuir integração com os serviços Google for Education, permitindo, no mínimo, o login unificado de usuários (Single Sign-On - SSO) a partir de contas institucionais.

4. OBJETIVOS DA PLATAFORMA

4.1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.

4.2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.

4.3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.

4.4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.

4.5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.

4.6. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados).

4.7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordam, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.

4.8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

5. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DA PLATAFORMA (DE CARÁTER OBRIGATÓRIO)

5.1. Características gerais

5.1.1. A solução (plataforma) deverá apresentar-se em sua totalidade no idioma Português Brasileiro, Inglês e Espanhol devido a necessidade dos alunos matriculados na rede municipal considerando a diversidade social, econômica e cultural do público alvo que inclui imigrantes de países do hemisfério sul, refugiados e

expatriados, que possuem o espanhol como língua materna ou utilizam o inglês, língua universal.

5.1.2. O ambiente disponível para usuários deverá ser de fácil utilização em sala de aula e em casa, tanto para alunos, quanto para professores.

5.1.3. Com a finalidade de garantir que os usuários acessem de forma segura todo o conteúdo disponibilizado, a plataforma deverá possuir identificação de login e senha únicos para cada usuário.

5.1.4. Deverá possuir também a opção de integração de dados de login e senha via Single SignOn (SSO) com outras plataformas já utilizadas para educação, como Microsoft Teams e Google Classroom garantindo maiores protocolos de segurança para o acesso.

5.1.5. É necessário que a Plataforma ou Software esteja em sua totalidade alinhada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE), podendo ser mapeada de acordo com o currículo Municipal de Matemática, avaliações diagnósticas, livros didáticos e planos de ensino.

5.1.6. No conceito do item 5.1.4, a solução (plataforma) também deverá permitir ser mapeada de acordo com os campos de experiência e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), avaliações diagnósticas, livros didáticos e planos de ensino.

5.1.7. Sistematização e controle de atividades desenvolvidas pelos profissionais de educação e alunos de interesse do planejamento e conforme regras estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Ensino Fundamental em conformidade com os campos de experiência e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

5.1.8. Acesso rápido a informações pelo gestor das unidades escolares, território, professores; alunos, responsáveis e localização.

5.1.9. Integração de dados, informações e sistemas.

5.1.10. A solução (Plataforma) deverá possuir suporte para implementação em massa usando arquivos no formato .XLSX e integração.

5.1.11. O sistema pretendido deverá ter um canal de atendimento ao usuário com a possibilidade de comunicação via chat (bate-papo) e envio de e-mail.

5.2. Funcionalidades

5.2.1. Que seja projetada para apoiar o ensino e aprendizagem de Matemática no Ensino Fundamental, compreendendo as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, oferecendo Jogos Interativos e com interfaces amigáveis, contendo planilhas e conjuntos de problemas com foco no desenvolvimento do raciocínio lógico, a comunicação e a representação, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções individuais e em grupo.

5.2.2. A solução (Plataforma) deverá oferecer Jogos Interativos e com interfaces amigáveis, contendo planilhas e conjuntos de problemas com foco no desenvolvimento do raciocínio lógico, a comunicação e a

representação, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções individuais e em grupo.

5.2.3. Os conteúdos deverão ser baseados em aulas multimídias, simuladores e animações, totalmente articuladas de forma disciplinar e trazer em seu bojo, informações e conceitos corretos, não incorrendo, portanto, em erros ou em simplificações explicativas. Deverão estar atualizados, tanto do ponto de vista das informações apresentadas, quanto das pesquisas sobre o processo de ensino-aprendizagem, além de adequados à área específica do conhecimento da Matemática e aos recursos tecnológicos e suas aplicações.

5.2.4. A solução (Plataforma) deverá conter planos de aulas prontos que proporcionem ao Professor uma visão geral sobre os objetivos a serem conquistados na aula, que traga o tema para o conteúdo a ser aplicado e que conte com um roteiro com no mínimo:

- a) Abertura da aula;
- b) Apresentação do tema;
- c) Prática com os alunos;
- d) Discussão com a classe;
- e) Encerramento;
- f) Tempo médio previsto para cada etapa;
- g) Deverá permitir a geração de arquivos no formato PDF para impressão, otimizando assim o tempo do Professor na preparação e correção das atividades, permitindo maior tempo disponível de interação com os alunos.

5.2.5. A solução (Plataforma) deverá oferecer recursos que permitam a diferenciação das atividades oferecidas, de forma que possa ser selecionado o conteúdo que esteja alinhado com as competências de cada turma ou aluno, que possa trabalhar de forma individual, inclusiva e coletiva simultaneamente.

5.2.6. A plataforma deverá ter um dispositivo automático para atribuição de atividades aos alunos, onde essa atribuição esteja baseada nos resultados obtidos das atividades já realizadas e dentro do mesmo conteúdo desenvolvido, permitindo desta forma sanar as dificuldades encontradas ou desafiar ainda mais aqueles alunos que tiveram bom desempenho.

5.2.7. O Professor deverá ter as opções de selecionar as atividades por: Tema, Tipo de atividade, com opção de atribuição da tarefa para casa ou em sala de aula, a nível de turma, grupo ou indivíduo.

5.2.8. As opções acima deverão permitir que o aluno se desenvolva dentro do seu próprio ritmo, podendo desenvolver o conteúdo futuro ou retroagir, e assim, poder sanar eventuais dificuldades, conforme a análise do Professor.

5.2.9. Fornecimento de relatório de análise de desempenho, nas esferas gerencial, administrativa e pedagógica, individualizado por secretaria, escola, turma e aluno, facilitando a análise das ações e construção de estratégias de abordagem, numa avaliação simultânea do processo de ensino aprendizagem. Os relatórios deverão apresentar-se divididos por tipo de permissionamento para cada tipo de usuário.

5.2.10. Os relatórios voltados para Administrador / Professor deverão apresentar diferentes tipos de buscas: por turma, alunos, tarefa, tópico e por data início e fim.

5.2.11. Deverá apresentar a realização das atividades com data de conclusão, conteúdo, tipo, tópico, resultado, duração, tentativas e média de resultado. Que apresente para cada atividade um gráfico com o número de tentativas realizadas pelo aluno, dando uma visão da evolução dentro do tema proposto pelo

Professor.

5.2.12. A solução (plataforma) deverá permitir o planejamento estratégico das unidades, planos de aula, atividades desenvolvidas individual ou coletivamente.

5.2.13. A solução (plataforma) deverá permitir a emissão de certificados.

5.3. Funcionalidades por perfil de usuários

5.3.1. Gestor

5.3.1.5 A Plataforma deverá apresentar uma visão geral de todo o distrito de responsabilidade do mesmo, mostrando dados de todas as escolas sobre tal coordenadoria regional de educação, comparando os resultados por escola, alunos, professores, turmas, responsável de cada unidade com as informações mínimas de contato: nome e e-mail. Para o acompanhamento do envolvimento da escola, faz-se necessário que o Gestor tenha a possibilidade de filtrar as informações por data início e fim e série específica, onde terá informações de nome da escola, quantidade de alunos, tempo online, números de tarefas atribuídas para as turmas e números de tarefas para casa, números de atividades iniciadas e concluídas e a quantidade de pontos alcançados.

5.3.1.6 Relatórios Gestor: Todos os relatórios deverão ser apresentados em forma de painel de monitoramento em tempo real, de maneira rápida e de fácil leitura, análise constante das escolas, turmas e alunos.

5.3.2. Administrador

5.3.2.1 Deverá ter acesso a relatórios de desempenho e usabilidade para cada classe e aluno individualmente ou como grupo, gerenciar contas de professores, criar contas, atribuir turmas a professores e remover professores.

5.3.2.2 A plataforma deverá dispor de um painel de gestão de turmas com as informações de progresso das atividades atribuídas, desempenho das turmas e um placar onde o Administrador consiga visualizar de forma rápida os alunos que estão com resultados abaixo do esperado e com resultados acima da média, além da informação de tempo desde o último acesso do aluno, possibilitando uma ação ou intervenção pedagógica direcionada às necessidades dos alunos e fornecendo apoio aos Professores.

5.3.2.3 Gerenciamento de Turmas - esta área deverá possibilitar o gerenciamento de todas as regras de negócios, podendo adicionar, editar e remover turmas e professores, apresentando nome da turma, série, número de alunos, Professor principal e auxiliar de classe, podendo solicitar o tipo da base curricular a ser usada (BNCC).

5.3.2.3.1 A Plataforma deverá permitir que o professor configure a avaliação diagnóstica aplicada ao aluno; deverá ter também a possibilidade de bloquear as tarefas disponibilizadas pelos responsáveis pelo aluno.

5.3.2.3.2 A critério do Administrador, ficará a possibilidade de permitir que os alunos acessem os conteúdos não atribuídos no planejamento pedagógico, como forma de melhoria para os resultados dos alunos e a disponibilização automática de atividades baseadas na série do aluno.

5.3.2.4 Gerenciamento de Alunos – esta área deverá permitir toda a administração e acompanhamento dos estudantes da unidade, podendo selecionar o ano (série), adicionar individualmente ou em grupo os alunos nas turmas, que traga no mínimo as informações de nome e sobrenome do aluno, nome de usuário, senha, e-mail do responsável e grupo em que o aluno se encontra dentro da turma.

5.3.2.4.1 Que possibilite a criação e impressão de um certificado personalizado para que o Professor possa a sua escolha prestigiar o bom desempenho do aluno.

5.3.2.4.2 Que forneça aos responsáveis um relatório individualizado, mostrando as atividades realizadas pelo aluno bem como os níveis de realização, podendo assim, entender e acompanhar quais os pontos fortes e às áreas a serem desenvolvidas.

5.3.2.4.3 Que tenha uma área para editar e alterar senha, onde possa administrar todas as informações de nome, sobrenome, nome de usuário, senha, e-mail do responsável, conteúdo de bônus, além de permitir a migração de estudantes de turma para outra, mudança de idioma e impressão ou envio de e-mails com os logins e senha dos alunos.

5.3.2.5 Gerenciamento de Professores – esta área deverá gerir todas as informações dos Professores, permitir adicionar ou excluir professores, assim como editar todas as informações cadastrais dos mesmos, apresentando no mínimo os campos de nome e sobrenome, quantidade de turmas, séries vinculadas a ele, nome de usuário, e-mail e nível de acesso a ser liberado.

5.3.2.5.1 A plataforma deverá disponibilizar uma ferramenta que permita ao administrador criar uma senha temporária para os professores cadastrados fazerem o próximo acesso a plataforma onde a mesma obrigará o professor a criar uma senha própria à sua escolha.

5.3.3. Professor

5.3.3.1 A plataforma deverá dispor de um painel de gestão de turmas com as informações de progresso das atividades atribuídas, desempenho das turmas e um placar onde o Professor consiga visualizar de forma rápida os alunos que estão com resultados abaixo do esperado e com resultados acima da média, além da informação de tempo desde o último acesso do aluno, possibilitando uma ação ou intervenção pedagógica direcionada às necessidades dos alunos.

5.3.3.1.1. O painel de gestão deverá disponibilizar também os dados de usabilidade dos alunos inseridos nas turmas, separando por tipo de atividade o total finalizado pelos alunos e o tempo gasto pelos alunos ao executar essas atividades.

5.3.3.2 Gerenciamento de Turmas - esta área deverá possibilitar o gerenciamento de todas as regras de negócios, apresentando nome da turma, série, número de alunos, Professor principal e auxiliar de classe, podendo solicitar o tipo da base curricular a ser usada (BNCC) e o tipo de livro didático a ser aplicado.

5.3.3.2.1 A Plataforma deverá permitir que o professor configure a avaliação diagnóstica aplicada ao aluno.

5.3.3.2.2 Deverá ter também a possibilidade de bloquear as tarefas disponibilizadas pelos responsáveis pelo aluno.

5.3.3.2.3 A critério do Professor ficará a possibilidade de permitir que os alunos acessem os conteúdos não atribuídos no planejamento pedagógico, como forma de melhoria para os resultados dos alunos e a disponibilização automática de atividades baseadas na série do aluno.

5.3.3.3. Gerenciamento de Alunos – esta área deverá permitir toda a administração e acompanhamento dos estudantes da unidade, podendo selecionar o ano (série), adicionar individualmente ou em grupo os alunos

nas turmas, que traga no mínimo as informações de nome e sobrenome do aluno, nome de usuário, senha, e-mail do responsável e grupo em que o aluno se encontra dentro da turma.

5.3.3.3.1. Que possibilite a criação e impressão de um certificado personalizado para que o Professor possa a sua escolha prestigiar o bom desempenho do aluno.

5.3.3.3.2. Que forneça aos pais um relatório individualizado, mostrando as atividades realizadas pelo aluno bem como os níveis de realização, podendo assim, entender e acompanhar quais os pontos fortes e às áreas a serem desenvolvidas.

5.3.3.3.3. Que tenha uma área para editar e alterar senha, onde possa administrar todas as informações de nome, sobrenome, nome de usuário, senha, e-mail do responsável, conteúdo de bônus, além de permitir a migração de estudantes de turma para outra, mudança de idioma e impressão ou envio de e-mails com os logins e senha dos alunos.

5.3.4. Relatórios para Gestor, Administrador e Professor

5.3.4.1 A plataforma deverá disponibilizar relatórios nos níveis aluno, turma, escola e município com:

- a) Pontos e percentuais;
- b) Tempo online;
- c) Número de tentativas;
- d) Atividades realizadas;
- e) Número de acessos;
- f) Número de alunos;
- g) Assuntos, tópicos e objetivos;
- h) Resultado versus objetivos curriculares;
- i) Resultado versus livros didáticos;

5.3.5. Alunos

5.3.5.1 A plataforma deverá ter uma área de acesso online exclusiva para alunos, e que seja responsiva para diferentes tipos de navegadores, onde os alunos terão a visão das atividades gamificadas a serem realizadas em sala ou para lição de casa, e que esteja de acordo com o programa pedagógico orientado pelos professores, com a opção de disponibilizar conteúdo personalizado automaticamente baseado em uma avaliação inicial.

5.3.5.2 A sequência de atividades deverá ser numerada e o aluno terá que ter acesso a informações e temas matemáticos que estão sendo trabalhados em cada uma das atividades.

5.3.5.3 As atividades deverão ter um enunciado em texto e áudio onde faça a apresentação proposta em cada uma, além de um localizador que indique ao aluno a próxima atividade atribuída.

5.3.5.4 Por se tratar de uma proposta de plataforma gamificada, e para promover o engajamento dos alunos, toda esta área deverá estar inserida em um contexto narrativo e lúdico onde os alunos serão inseridos nos desafios da história.

5.3.5.5 Como forma de gratificar os alunos pelo uso, a plataforma deverá oferecer uma premiação pelas atividades realizadas, de forma a incentivá-los a continuar com o ensino e aprendizagem proposta.

5.4. Aplicativo para uso dos Professores e Alunos

5.4.1. O aplicativo deverá estar disponível para IOS e Android sem custo para os usuários.

5.4.2. Deverá ser responsivo e se adaptar a qualquer tamanho de tela.

5.4.3. O download do aplicativo deverá ser único e poderá ser usado online (com conexão a Internet) ou offline (sem conexão à internet).

5.4.4. O aplicativo deverá possibilitar a integração com as plataformas Google Classroom e Microsoft Teams.

5.4.5. App Professores

5.4.5.1. O aplicativo deverá ter opção de acesso via login e senha e acesso através da plataforma Microsoft Teams.

5.4.5.2. O aplicativo deverá possuir informações sobre as turmas vinculadas ao professor, e para cada turma selecionada, informar os dados básicos a seguir:

a) Alunos (nome e sobrenome, usuário de login e senha);

b) Atividades concluídas;

c) Atividades não concluídas (por aluno e percentual de conclusão);

d) Relatório de desempenho por aluno, com filtro de data e que mostre as atividades atribuídas e o seu percentual de conclusão;

5.4.5.3. O aplicativo deverá possibilitar a atribuição e desatribuição de atividades por parte dos professores aos alunos com função de lições em classe e lições para casa e que forneça uma visão de conclusão para o professor.

5.4.5.4 O aplicativo deverá fornecer a possibilidade do professor orientar as atividades pela Base Nacional Comum Curricular ou livro didático de sua escolha ou ainda por tópicos da Matemática.

5.5.5. App Alunos

5.5.5.1. O aplicativo deverá ter opção de acesso via login e senha e acesso através das plataformas Google Classroom e Microsoft Teams.

5.5.5.2. Deverá ter também a opção de baixar todas as atividades pedagógicas disponíveis ou segmentá-las para baixar apenas uma série específica no intuito do aluno conseguir executar as atividades sem a necessidade de uma conexão ativa com a internet.

5.5.5.3. O aplicativo deve funcionar de modo Offline (sem conexão com a internet), atribuindo os resultados a Plataforma sempre que online.

5.5.5.4. O aplicativo deverá oferecer aos alunos a visão das atividades gamificadas à serem realizadas em sala ou para lição de casa, e que esteja de acordo com o programa pedagógico orientado pelos professores, com a opção do aluno efetuar uma avaliação inicial e receber conteúdo personalizado a partir do resultado.

5.5.5.5. A sequência de atividades deverá ser enumerada, além ter um enunciado em texto e áudio onde faça a apresentação proposta em cada uma das atividades.

5.5.5.6. Por se tratar de uma proposta de plataforma gamificada, e para promover o engajamento dos alunos, toda esta área deverá estar inserida em um contexto narrativo e lúdico onde os alunos serão inseridos nos desafios da história.

5.5.5.7. Para atender as necessidades com relação a falta ou indisponibilidade de conexão ativa com a internet, e pensando em democratizar o uso para todos os alunos, faz-se necessário que o aplicativo possa receber uma pré-carga de informações, que possibilite o uso por parte do aluno sem a necessidade de estar conectado (offline).

6. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

6.1. A implantação da solução (plataforma) requer a realização de atividades iniciais para preparação do ambiente para que o mesmo esteja coerente às diretrizes e necessidades locais, bem como treinamento e capacitação para que a equipe pedagógica envolvida possa iniciar os trabalhos utilizando a solução (plataforma), **em um prazo de no máximo 30 (trinta) dias**, a contar da assinatura do contrato, devendo ser estabelecido cronograma de comum acordo entre a Contratante e a Contratada, com base no cronograma apresentado neste termo de referência.

6.2. Entende-se como implantação concluída quando a Unidade Piloto (uma) estiver com tudo implantado e funcionando (A Contratante escolherá, a seu único e exclusivo critério a Unidade Escolar que será utilizada como Piloto deste projeto).

6.3. Dentre as atividades previstas neste termo de referência, a Contratada deverá:

a) Configurar o ambiente tecnológico em que a solução será alocada com a finalidade de garantir disponibilidade aos usuários (gestores, professores e alunos que serão abrangidos neste projeto);
b) Com o apoio técnico da Contratante: mapear a solução (plataforma) de acordo com o currículo Municipal;

6.4. Visando atingir estes objetivos, a solução proposta deverá envolver um programa de capacitação dos professores que garanta a obtenção dos resultados positivos que a introdução da tecnologia pode proporcionar. Objetivos do programa:

- a) Apresentar aos docentes o projeto educacional com uso de tecnologia;
- b) Navegar por diversos objetos de aprendizagem;
- c) Identificar as atividades interativas como ambientes virtuais de aprendizagem;
- d) Apresentar o acervo e as características das atividades interativas;
- e) Capacitar os professores para uso da solução para aprendizagem da Matemática;

6.4.1. Faz-se necessário que haja um plano de formações continuadas para os fundamentos em matemática com o intuito de capacitar os professores no processo de integração tecnológica no currículo acadêmico e elaboração de sequências didáticas através do uso de jogos digitais como ferramenta pedagógica para potencializar o processo de ensino e aprendizagem de matemática.

6.5. A solução (Plataforma) deverá dispor de Equipe de apoio, online, cadastrada como administradores com o objetivo de orientar e guiar o uso da solução, com oferecimento de formação e vídeos para esse fim.

6.6. O Plano de treinamento/capacitação também inclui guias e vídeos disponíveis na plataforma, no ambiente com diversos recursos onde são encontrados:

- a) planos de aula;
- b) guias de professor;
- c) tutoriais;

6.7. O cronograma seguinte apresenta as atividades a serem realizadas bem como as responsabilidades que deverão ser assumidas por cada parte (Contratada e Contratante):

Item	Descrição	Duração	Responsável	Data	Observação
A	Levantamento e envio de dados de cadastro (escolas, turmas, professores e alunos)	10 dias úteis	Contratante	A partir da assinatura do contrato	
B	Implementação dos dados de cadastro (escolas, turmas, professores e alunos)	7 dias	Contratada	A definir	A partir da etapa anterior
C	Formação de Responsáveis pelo Projeto na SME	2 horas	Contratada	A definir	A partir da etapa anterior
D	Formação de Coordenadores Pedagógicos de cada Escola	2 horas	Contratada	A definir	A partir da etapa anterior
E	Formação de professores	2 horas	Contratada	A definir	A partir da etapa anterior
F	Formações continuadas para os fundamentos em matemática com o intuito de capacitar os professores no processo de integração tecnológica no currículo acadêmico e elaboração de sequências didáticas através do uso de jogos digitais como ferramenta pedagógica para potencializar o processo de ensino e aprendizagem de matemática.	16 horas	Contratada	A definir	A partir da etapa anterior
G	Início do uso nas escolas	Semanal	Contratante/ Contratada	A definir	A partir da etapa anterior
H	Relatórios de uso e desempenho	Quinzenal	Contratada	15 dias a contar do 1º acesso	
I	Relatório do projeto	Mensal	Contratada	1 vez/mês	
J	Encontro online mensal: compartilhamento de experiências	Mensal	Contratante/ Contratada	A definir	
K	Construção do relatório semestral	10 dias		A definir	Entrega de relatório de uso e aproveitamento pedagógico

7. AMBIENTE TECNOLÓGICO E SUPORTE TÉCNICO

7.1. A empresa Contratada deverá garantir a disponibilidade da solução, mantendo-a hospedada em DataCenter, sob sua responsabilidade que atenda aos requisitos e padrões de segurança e integridade tanto físicas quanto lógicas.

7.2. Os serviços de hospedagem em DataCenter poderão ser subcontratados, observando-se os termos da Lei Federal 14.133/2021.

7.3. Acordo de Nível de Serviço (ANS/SLA), onde a empresa Contratada deverá garantir 99% da atividade online.

7.4. A empresa Contratada deverá oferecer suporte técnico durante toda a vigência contractual.

7.5. Garantia Técnica

7.5.1. A Contratada deverá prestar todo o atendimento necessário ao funcionamento do software, a partir da abertura de chamados, por meio de número telefônico DDD, nos casos em que o suporte telefônico se situe em outro Município e/ou Estado, fornecendo neste momento o número, data e hora de abertura do chamado, devendo ser possível, indicar o nível de prioridade para o chamado. Este será considerado o início para contagem dos prazos estabelecidos nos parágrafos seguintes.

7.5.2. O horário de abertura dos chamados será das 9 às 17 horas, horas estas que serão entendidas como horas comerciais (9 às 17 horas em dias úteis).

7.5.3. A contratada deverá entregar ao fim de cada mês um relatório em que conste todo o histórico dos chamados abertos no mês.

7.5.4. A contratada deverá manter estrita confidencialidade sobre todas as informações e usos durante o relacionamento com a Contratante.

8. DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa para locação de licença de uso de sistema on-line e off-line para o ensino e aprendizagem de matemática, incluindo implantação, Formação e treinamento; suporte e infraestrutura tecnológica para alunos, professores, coordenadores pedagógicos e gestores de unidades de ensino na rede municipal durante o período de 12 (doze) meses.	13.500 licenças	R\$ 133,46	R\$ 1.801.710,00
2	Capacitação para os profissionais.	800	R\$ 24,00	R\$ 19.200,00
			TOTAL	R\$ 1.820.910,00

9. DA DEMONSTRAÇÃO TÉCNICA

É necessário que a licitante classificada provisoriamente como 1ª colocada apresente em um prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a convocação, a comprovação do atendimento dos requisitos previstos no Termo de Referência e Quadro de Demonstração Técnica da plataforma digital. *

- Uma comissão de avaliação técnica, formada por servidores indicados pela Secretaria Municipal de Educação assistirá à demonstração e verificará a conformidade da plataforma proposto com o Termo de Referência do Edital, sendo assegurada a presença e participação das demais licitantes a cada apresentação;
- A demonstração será realizada através da execução das funcionalidades em tempo real, "on-line", pela Internet, em ambiente web.

- A Prefeitura disponibilizará de computador para as demonstrações. As licitantes deverão apresentar sua plataforma digital.
- Concluída a demonstração da proponente a Equipe de Apoio emitirá relatório comprovando ou não o atendimento das especificações obrigatórias.

Caso a licitante primeira classificada não tenha atendido às especificações obrigatórias conforme quadro de demonstração técnica da plataforma digital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, respeitando a ordem de classificação a demonstrarem seus sistemas.

10. ROTEIRO DA PROVA DE CONCEITO – VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DO OBJETO (DE CARÁTER OBRIGATÓRIO)

10.1. A Verificação de Conformidade do Objeto ou Prova de Conceito (POC), é a demonstração do sistema, através da execução das funcionalidades verificando-se o atendimento aos requisitos especificados neste termo de referência.

10.2.Procedimentos

10.2.1. Após a aceitação da proposta de menor valor, a sessão será suspensa para realização da etapa de prova de conceito, com vistas à verificação da aderência da solução aos requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar a prova de conceito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, conforme critérios objetivos de avaliação previamente definidos no edital e deverá ser concluída em até 01 (um) dia útil, da seguinte maneira:

- a) O(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto, para a comprovação do atendimento dos requisitos previstos no Anexo I – Termo de Referência, a primeira classificada (e assim por diante, se necessário, por ordem de classificação) apresentará demonstração de funcionalidades dos sistemas;
- b) O(a) Pregoeiro(a), juntamente com uma Equipe de Apoio formada por servidores indicados pela Secretaria, assistirá à demonstração e verificará a conformidade do sistema proposto com o Anexo I do Edital, sendo assegurada a presença e participação das demais licitantes a cada apresentação;
- c) A demonstração será realizada através da execução das funcionalidades em tempo real, “online”, pela Internet, em ambiente web, conforme estabelecido no Anexo I do Edital;
- d) A Secretaria disponibilizará computador e dispositivo móvel com acesso a internet para as demonstrações. As licitantes deverão apresentar os seus sistemas através de acesso normal a Internet, via https (ambiente seguro), utilizando portas comuns, livres de proxies e firewalls. Não será permitida qualquer conexão direta entre bancos de dados;
- e) Concluída a demonstração da proponente, verificada a conformidade da proposta com o Anexo I do Edital, a Equipe de Apoio emitirá relatório comprovando ou não o atendimento das especificações obrigatórias;
- f) O resultado da demonstração será anotado em ata, rubricada pelos presentes e anexada ao processo de contratação;
- g) Caso a licitante primeira classificada não tenha atendido às especificações obrigatórias conforme subitens anteriores o Pregoeiro convocará as demais licitantes, respeitando a ordem de classificação a demonstrarem seus sistemas;
- h) Sendo aceitável a menor oferta de preço para o objeto licitado a respectiva licitante será declarada vencedora.

10.3. Preparação para demonstração da plataforma

10.3.1. Para agilizar as demonstrações as empresas licitantes deverão preparar previamente seus sistemas nos seguintes aspectos:

- a) Realizar procedimentos prévios inerentes à criação de uma massa de dados fictícia mínima, objetivando viabilizar a demonstração dos requisitos/funcionalidades sistêmicas obrigatórias.

- b) Parametrizar a plataforma para atribuição de atividades vinculadas diretamente às relações entre conceitos e procedimentos do campo de experiências em seus objetivos de aprendizagem e desenvolvimento segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- c) Para verificação da conformidade a comissão avaliadora do sistema exigirá, no ato da demonstração, que a licitante realize o cadastramento de informações com situações diversificadas que permitam simular as funcionalidades obrigatórias exigidas, conforme o item 4. e seus respectivos subitens, atendendo as regras de controle de acessos estabelecidas e permitindo que todos os cadastramentos e alterações sejam visualizados, sob pena de desclassificação, conforme MODO DE DEMONSTRAÇÃO DO SISTEMA descrito no item 10.4 e subitens.
- d) Para iniciar apresentação de conformidade da solução oferecida, faz se necessário o cadastramento de no mínimo 05 escolas (a,b,c,d,e), 01 Administrador por escola (a,b,c,d,e), 01 Professor por escola (a,b,c,d,e), 01 Auxiliar por escola (a,b,c,d,e), 01 turma com 5 alunos de 3º Ano por escola (a,b,c,d,e) e 01 Gestor (a) para toda a rede.
- e) Para o cadastramento das escolas a Plataforma deverá conter as informações mínimas de nome escola, cidade, região, endereço, telefone e e-mail.
- f) Para os usuários no sistema (Administrador, Professor e Gestor) a Plataforma deverá conter a informações mínimas de nome, sobrenome, nome de usuário, e-mail, telefone e tipo de usuário.
- g) Vincule a escola (a) ao administrador (a), e o professor (a) e professor auxiliar (a), dando ao Gestor (a) a visão da regionalização.

10.4. Modo de demonstração da plataforma

10.4.1. Demonstração do item 5.3.1. Funcionalidades por perfil de usuários - Gestor

- a) Acesso seguro do gestor (a) criado conforme item 10.3. letra “d”, obedecendo os critérios estabelecidos no subitem 5.1.3.;
- b) Apresentar a possibilidade de integração com as plataformas Google Classroom e Microsoft Teams, conforme solicitado no item 5.4.4.;
- c) Após fazer o acesso, a plataforma deverá apresentar as informações do usuário como nome e função (cargo).
- d) A plataforma deverá apresentar dentro da área de trabalho do usuário e de maneira intuitiva, a lista de escolas cadastradas previamente conforme item 10.3. letra “d”, onde o gestor deverá visualizar toda a rede, filtrando apenas as turmas de 3º Ano das escolas (a,b,c,d,e), com as informações mínimas de nome da escola, total de alunos, professores e turmas por escola, nome e e-mail do administrador de cada escola;
- e) Apresentar um relatório com as informações descritas no item “d” acima. Este relatório deverá ser impresso e ter a opção de ser exportado via arquivo .xlsx;
- f) A plataforma deverá apresentar dentro da área de trabalho do usuário e de maneira intuitiva, o envolvimento das escolas cadastradas conforme item 10.3. letra “d”, com relação a usabilidade, podendo ser filtrada por data início e fim, por toda a rede ou uma escola em específico, onde o gestor deverá filtrar apenas as turmas de 3º Ano das escolas (a,b,c,d,e), com as informações mínimas de nome da escola, total de alunos por escola, tempo de uso da plataforma, quantidade de atividades atribuídas escola / casa, quantidade de atividades iniciadas e concluídas e desempenho dos alunos;
- g) Apresentar um relatório com as informações das escolas (a,b,c,d,e) conforme descrito no item “f” acima. Este relatório deverá ser impresso e ter a opção de ser exportado via arquivo .xlsx;
- h) Apresentar um relatório com as informações apenas de uma escola em específico (a) conforme descrito no item “f” acima. Este relatório deverá ser impresso e ter a opção de ser exportado via arquivo .xlsx;
- i) A plataforma deverá apresentar dentro da área de trabalho do usuário e de maneira intuitiva, o envolvimento das escolas cadastradas conforme item 10.3. letra “d”, com relação ao desempenho e domínio pedagógico

dos alunos, podendo ser filtrado por série, por toda a rede ou uma escola em específico, domínio e subdomínio, currículo e domínio, livro didático e capítulo;

j) O gestor deverá selecionar a escola (a) conforme item “i”, onde terá a possibilidade de visualizar as informações de todas as turmas, podendo visualizar o percentual média de acertos, resultado médio e aprimoramento de cada uma das turmas da escola.

k) Apresentar um relatório com as informações da escola (a) conforme descrito no item “j” acima. Este relatório deverá ter a opção de ser exportado via arquivo .xlsx;

10.4.2. Demonstração do item 5.3.2. Funcionalidades por perfil de usuários - Administrador

a) Acesso seguro do administrador (b) criado conforme item 10.3. letra “d”, obedecendo os critérios estabelecidos no subitem 5.1.3.;

b) Apresentar a possibilidade de integração com as plataformas Google Classroom e Microsoft Teams, conforme solicitado no item 5.4.4.;

c) Após fazer o acesso, a plataforma deverá apresentar as informações do usuário como nome e função (cargo), e possibilitar a atualização dos dados gerais e alteração de senha;

d) Ao acessar a plataforma o Administrador (b) deverá ter disponível um painel com informações e dados para acompanhamento rápido com no mínimo o andamento das atividades executadas por turma e alunos, período do último acesso, quantidade de atividades em andamento, quantidades de atividades concluídas e o tempo necessário para finalizar essas atividades, podendo desta forma propor uma intervenção pedagógica aos alunos que estão abaixo ou acima da média esperada;

e) Para atender as situações onde o Administrador (b) também atua como Professor (b), a plataforma deverá apresentar a lista geral de todas as turmas da escola (b) e também a lista de turmas vinculadas a ele como professor, com as informações de nome da turma, série da turma, número de alunos, professor principal da turma e auxiliar da turma;

f) O Administrador (b) deverá incluir uma nova turma (x) na escola (b), vinculando esta turma (x) ao Professor (b), e este cadastro deverá ter no mínimo as opções de nome da turma, série da turma, professor, currículo e livro didático;

g) Para comprovação do registro histórico do item acima, sair do sistema e efetuar novo acesso;

h) O Administrador (b) deverá ter a possibilidade de gerenciar os alunos de forma rápida, e a plataforma terá que disponibilizar no mínimo as funções de adicionar um cadastro único de aluno ou grupo de alunos por planilha, separar dentro de uma turma um grupo de alunos específicos para uma gestão pedagógica diferenciada, além de possibilitar a impressão de certificados e logins aos alunos, relatórios e cartas aos pais, envio de e-mails, migrar alunos de turmas e alterar senhas;

i) O Administrador (b) deverá cadastrar um novo aluno (y) na turma (x), cadastrada anteriormente no item (e);

j) Para comprovação do registro histórico do item acima, sair do sistema e efetuar novo acesso;

k) O Administrador (b) deverá realocar o aluno (y) da turma (x) para a turma (b), cadastrada anteriormente no item 10.3. letra “d”;

l) Para comprovação do registro histórico do item acima, sair do sistema e efetuar novo acesso;

m) O Administrador (b) deverá excluir um aluno da turma (b) cadastrado anteriormente no item 10.3. letra “d”, simulando o desligamento da rede;

n) Para comprovação do registro histórico do item acima, sair do sistema e efetuar novo acesso;

o) O Administrador (b) deverá ter a possibilidade de gerenciar os professores de forma rápida, e a plataforma terá que disponibilizar no mínimo a relação dos professores cadastrados para a escola (b), com as informações de nome e sobrenome, login do usuário, e-mail de contato, número de turmas, além de ter a opção de incluir e excluir professores;

- p) O Administrador (b) deverá incluir um novo professor (x) na turma (x) criada no item 10.4.2. letra “e”, onde será feito um pré-cadastro com as informações mínimas de nome e sobrenome, e-mail, e disparado um convite para o professor no e-mail acima, com a mensagem de aviso e convite para acesso a plataforma;
- q) Para comprovação do item acima, fazer o acesso ao e-mail cadastrado e enviado anteriormente para o professor (x) e dar sequência ao aceite e cadastro da senha para acesso a plataforma;
- r) Para comprovação do registro histórico do item acima, sair do sistema e efetuar novo acesso, confirmando a inclusão do professor (x) na escola (b) e na turma (x);
- s) Apresentar um relatório com as informações dos resultados referentes a escola (b) de todas as turmas cadastradas, permitindo a busca por filtro de data início e fim, por alunos, turma e tipo de atividades, onde apresente o nível de acerto das atividades e o total de atividades concluídas;
- t) Apresentar um relatório onde traga o nível de conhecimento pedagógico da escola (b) de todas as turmas cadastradas, com os dados de nome da turma, professor, quantidade e percentual de atividades realizadas por turma e aluno individualmente. Este relatório deverá ter a opção de ser exportado via arquivo .xlsx;
- u) Apresentar uma área de apoio e ajuda ao usuário, dentro da sua própria área de trabalho, para que o mesmo possa esclarecer eventuais dúvidas sobre todos os tópicos tratados anteriormente, com artigos explicativos e com o passo a passo para uma boa utilização da plataforma;

10.4.3. Demonstração do item 5.3.3. Funcionalidades por perfil de usuários – Professor

- a) Acesso seguro do Professor (c) criado conforme item 10.3. letra “d”, obedecendo os critérios estabelecidos no subitem 5.1.3.;
- b) Apresentar a possibilidade de integração com as plataformas Google Classroom e Microsoft Teams, conforme solicitado no item 5.4.4.;
- c) Após fazer o acesso, a plataforma deverá apresentar as informações do usuário como nome e função (cargo), e possibilitar a atualização dos dados gerais e alteração de senha;
- d) Ao acessar a plataforma o Professor (c) deverá ter disponível um painel com informações e dados para acompanhamento rápido com no mínimo o andamento das atividades executadas por turma e alunos, período do último acesso, quantidade de atividades em andamento, quantidades de atividades concluídas e o tempo necessário para finalizar essas atividades, podendo desta forma propor uma intervenção pedagógica aos alunos que estão abaixo ou acima da média esperada;
- e) A plataforma deverá apresentar a lista geral de todas as turmas vinculadas a ele com o professor, com as informações de nome da turma, série da turma, número de alunos, professor principal da turma e auxiliar da turma.
- f) O Professor (c) deverá ter a possibilidade de gerenciar os alunos de forma rápida, e a plataforma terá que disponibilizar no mínimo as funções de adicionar um cadastro único de aluno ou grupo de alunos por planilha, separar dentro de uma turma um grupo de alunos específicos para uma gestão pedagógica diferenciada, além de possibilitar a impressão de certificados e logins aos alunos, relatórios e cartas aos pais, envio de e-mails, migrar alunos de turmas e alterar senhas.
- g) O Professor (c) deverá cadastrar um novo aluno (k) na turma (c), cadastrada anteriormente no item 10.3. letra “d”;
- h) Para comprovação do registro histórico do item acima, sair do sistema e efetuar novo acesso.
- i) A plataforma deverá apresentar dentro da área de trabalho do usuário e de maneira intuitiva, a configuração e parametrização das funcionalidades de atribuição automatizada de atividades, área de competição entre os alunos, ordem numérica para execução das atividades, liberação da gratificação do aluno por atividade concluída, possibilidade de disponibilização total de todas as atividades referentes à uma série, e impressão

dos cartões com informações de nome e sobrenome, login e senha e QR CODE para download do app do aluno;

j) A plataforma deverá apresentar dentro da área de trabalho do usuário e de maneira intuitiva ao professor (c), a visualização antecipada da atividade a ser aplicada para o aluno, além de um modelo de plano de aula híbrida (lousa / plataforma), onde ofereça as informações do objetivo de cada atividade, um planejamento de uma aula com duração média de 50 minutos (abertura, apresentação, prática, discussão e encerramento), o alinhamento a BNCC.

k) Para confirmação do item acima (j), o plano de aula deverá ser impresso, dando ao professor (c), o apoio e orientação pedagógico para aplicação em sala de aula;

l) O professor (c), seguindo o eixo de domínio pedagógico, deverá atribuir 03 atividades de classe para a turma (c), dentro do tema e habilidades “Números” e o Subdomínio “Construir e utilizar fatos básicos da adição e da multiplicação para o cálculo mental ou escrito.” conforme diretrizes da BNCC;

m) O professor (c), seguindo o eixo de domínio pedagógico, deverá atribuir 03 atividades de casa para a turma (c), dentro do tema e habilidades conforme diretrizes da BNCC; “Números” e o Subdomínio “Estabelecer a relação entre números naturais e pontos da reta numérica para utilizá-la na ordenação dos números naturais e também na construção de fatos da adição e da subtração, relacionando-os com deslocamentos para a direita ou para a esquerda.” conforme diretrizes da BNCC;

n) A fim de proporcionar um ensino personalizado às necessidades pedagógicas de cada aluno, o professor (c), deverá selecionar o aluno (k), criado anteriormente no letra (f), e atribuir e desatribuir uma das atividades.

o) Com a intenção de oferecer ao professor (c), o nível de acerto das atividades atribuídas e o total das atividades concluídas, emitir um relatório com as informações dos resultados referentes a turma (c), da escola (c), tendo como facilitador a busca por filtro de data início e fim, por alunos, turma, atividades e resultados.

p) A fim de possibilitar ao professor (c), uma visão do empenho do aluno por atividade realizada e a melhoria em cada tentativa realizada, apresentar um relatório com o resultado referente ao aluno (c), da escola (c), permitindo a busca por filtro de data início e fim, por alunos, turma, atividades, resultados e tópicos matemáticos, onde apresenta o nível de acerto das atividades, total de atividades concluídas, data de conclusão da atividade e nome da atividade.

q) Apresentar um relatório que traga o nível de conhecimento pedagógico da turma (c), dentro dos temas matemáticos propostos, tendo como facilitador, filtrar por série, currículo ou livro didático, domínio e subdomínio, e que apresente os resultados em percentual médio da turma e de cada aluno individualmente.

r) Apresentar uma área de apoio e ajuda ao usuário, dentro da sua própria área de trabalho, para que o mesmo possa esclarecer eventuais dúvidas sobre todos os tópicos tratados anteriormente, com artigos explicativos e com o passo a passo para uma boa utilização da plataforma;

10.4.4. Demonstração do item 5.3.5. Funcionalidades por perfil de usuários - Alunos

a) O aluno deverá acessar via browser o sistema de forma on-line em uma conexão segura via https;

b) Apresentar a possibilidade de integração com as plataformas Google Classroom e Microsoft Teams, conforme solicitado no item 5.4.4.;

c) Fazer o acesso seguro do aluno (c) criado conforme item 10.3. letra “d”, obedecendo os critérios estabelecidos no subitem 5.1.3.;

d) A fim de apresentar todo o objetivo lúdico e pedagógico por trás da plataforma gamificada, onde o desafio ao aluno tem um papel importante no seu engajamento, faz-se necessário que o aluno (c), seja recebido ao entrar pela primeira vez na plataforma, com uma mensagem de boas-vindas com e que narre qual será o papel dele como jogador;

- e) Apresentar as 03 atividades atribuídas para classe pelo professor (c), conforme descrito no item 10.4.3. letra “l”;
- f) Apresentar as 03 atividades atribuídas para casa pelo professor (c), conforme descrito no item 10.4.3. letra “m”;
- g) O aluno (c) deverá selecionar uma das atividades de classe, conforme a atribuição feita pelo professor anteriormente no item 10.4.3. letra “l”, apresentando o título da atividade, enunciado do objetivo em texto e áudio e fase em que ele se encontra;
- h) A fim de promover o engajamento e como forma de incentivo ao aluno (c), a cada fase em que ele passar com êxito, a atividade deverá ter uma bonificação, o aluno (c) deverá realizar uma destas atividades até o final da fase;
- i) Considerando a importância do “erro” no processo de aprendizagem (erro e acerto), o aluno (c) deverá simular um erro na execução da atividade e a plataforma não deverá trazer nenhuma situação que constranja a continuidade do aprender, e na situação do erro se repetir pela terceira vez na mesma fase, a atividade deverá automaticamente apontar o caminho correto para a execução e resolução do problema;
- j) Pensando na extensão do uso da plataforma em casa pelos alunos, e conforme a atribuição de atividade para casa feita pelo professor no item 10.4.3. letra “m”, o aluno (c), deverá selecionar uma das atividades propostas onde será apresentado o título da atividade, enunciado do objetivo em texto e áudio e fase em que ele se encontra, o aluno (c) deverá realizar uma destas atividades até o final da fase;
- k) Para atender ao item 5.3.5.1, apresentar a disponibilidade de acesso do aluno (c) a conteúdo personalizado baseado em resultado de avaliação inicial;
- l) Como forma de incentivo aos alunos pelo uso e bom desempenho pedagógico, a plataforma deverá apresentar a compilação dos resultados obtidos durante as atividades realizadas e como obter recompensas com a sua escolha com esses resultados.

10.5. Demonstração do item 5.4. Funcionalidades dos aplicativos - professor e aluno

10.5.1. App Professores

- a) Para atendimento ao item 5.4.1., o professor (c), deverá através de um dispositivo móvel, acessar a área de loja de aplicativos (Play Store ou App Store), selecionar e baixar o app apresentando que não há custos para esta ação;
- b) Apresentar a possibilidade de integração com a plataforma Microsoft Teams, conforme solicitado no item 5.4.4.;
- c) Fazer o acesso seguro do professor (c) criado conforme item 10.3. letra “d”, obedecendo aos critérios estabelecidos no subitem 5.1.3.;
- d) Após fazer o acesso, o aplicativo deverá apresentar as informações do usuário com nome e sobrenome, e-mail e telefone, e possibilitar a atualização dos dados gerais e alteração de senha;
- e) O aplicativo deverá trazer as informações de todas as turmas e alunos vinculadas ao professor (c), identificando a turma (c) e os alunos (c e k) criados anteriormente, com nome e sobrenome, usuário de login e senha;
- f) Apresentar as atividades concluídas e as atividades não concluídas pela turma (c) e pelos alunos (c e k) com o percentual de conclusão;
- g) Para comprovar o alinhamento do aplicativo com o conteúdo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) conforme solicitado no item 5.1.5., o professor (c), deverá atribuir uma atividade para turma (c), com o eixo

“Geometria” e a habilidade “Descrever características de algumas figuras geométricas espaciais (prismas retos, pirâmides, cilindros, cones) relacionando-as com as suas planificações. “conforme diretrizes da BNCC;

h) Para que o professor (c) possa gerenciar suas turmas e alunos individualmente, o aplicativo deverá dispor de um relatório de desempenho por turma e aluno, com percentual de acerto e que mostre as atividades concluídas, e para comprovação de atendimento deste item, deverá ser identificado o aluno (c) criado anteriormente;

10.5.2. App Alunos

a) Para atendimento ao item 5.4.1., o aluno (c), deverá através de um dispositivo móvel, acessar a área de loja de aplicativos (Play Store ou App Store), selecionar e baixar o app apresentando que não há custos para esta ação;

b) Apresentar a possibilidade de integração com as plataformas Google Classroom e Microsoft Teams, conforme solicitado no item 5.4.4.;

c) Fazer o acesso seguro do aluno (c) criado conforme item 10.3. letra “d”, obedecendo aos critérios estabelecidos no subitem 5.1.3.;

d) Para que não haja uma confusão no uso, aplicativo deverá acompanhar as mesmas características visuais e funcionais usadas pelo aluno em navegadores via browser;

e) Apresentar as 03 atividades atribuídas para classe pelo professor (c), conforme descrito no item 10.4.3. letra “l”;

f) Apresentar as 03 atividades atribuídas para casa pelo professor (c), conforme descrito no item 10.4.3. letra “m”;

g) O aluno (c) deverá selecionar uma das atividades de classe, conforme a atribuição feita pelo professor anteriormente no item 10.4.3. letra “l”, apresentando o título da atividade, enunciado do objetivo em texto e áudio e fase em que ele se encontra;

h) A fim de promover o engajamento e como forma de incentivo ao aluno (c), a cada fase em que ele passar com êxito, a atividade deverá ter uma bonificação, o aluno (c) deverá realizar uma destas atividades até o final da fase;

i) Considerando a importância do “erro” no processo de aprendizagem (erro e acerto), o aluno (c) deverá simular um erro na execução da atividade e a plataforma não deverá trazer nenhuma situação que constranja a continuidade do aprender, e na situação do erro se repetir pela terceira vez na mesma fase, a atividade deverá automaticamente apontar o caminho correto para a execução e resolução do problema;

j) Pensando na extensão do uso da plataforma em casa pelos alunos, e conforme a atribuição de atividade para casa feita pelo professor no item 10.4.3. letra “m”, o aluno (c), deverá selecionar uma das atividades propostas onde será apresentando o título da atividade, enunciado do objetivo em texto e áudio e fase em que ele se encontra, o aluno (c) deverá realizar uma destas atividades até o final da fase;

k) Para atender ao item 5.3.5.1, apresentar a disponibilidade de acesso do aluno (c) a conteúdo personalizado baseado em resultado de avaliação inicial;

l) Como forma de incentivo aos alunos pelo uso e bom desempenho pedagógico, a plataforma deverá apresentar a compilação dos resultados obtidos durante as atividades realizadas e como obter recompensas com a sua escolha com esses resultados.

10.5.2.1. Uso do aplicativo do aluno offline

a) Para atendimento ao item 5.4.5.7., o aluno (c) com seu dispositivo conectado à internet, deverá fazer o download de todos os conteúdos pedagógicos referentes à sua série (3º Ano) com o dispositivo conectado a internet;

b) Após o download concluído, o aluno (c) deverá se desconectar da internet e demonstrar que todas as atividades estão disponíveis para uso e de acordo com conteúdo pedagógico referentes a sua série (3º Ano);

- c) O aplicativo offline deverá ter todas as características visuais e funcionais do app online, e o aluno (c), deverá fazer todas as atividades descritas no item 10.5.2.;
- d) Após a conclusão das atividades proposta no item “c” acima, o aluno (c) deverá restabelecer a conexão com a internet para que todas as ações realizadas enquanto offline sejam enviadas para a plataforma online, gerando informações e dados de uso e desempenho do aluno;
- e) Para comprovação do item “d” acima, o professor (c) deverá emitir um relatório que mostre a atividade realizada;

10.6. Demonstração do item 5.1.10. Canal de atendimento ao usuário (chat e e-mail)

10.6.1. O Gestor (a) cadastrado anteriormente no item 10.3 letra “d”, deverá acessar o sistema via login e senha para simular um atendimento da empresa contratada via chat online ou e-mail, afim de sanar dúvidas operacionais como:

- a) O Gestor acionará o campo para contato via chat, onde ele será recepcionado com uma mensagem automática do início do atendimento e com a solicitação mínima de e-mail do solicitante para retorno caso a comunicação seja interrompida pelo mesmo;
- b) Deverá fazer algumas perguntas referentes a navegação no sistema e receber em tempo real as respostas para tais questões;
- c) O Gestor deverá anexar uma imagem (print screen) referente ao sistema simulando uma dúvida;
- d) O Gestor fará uma última pergunta onde a mesma será respondida pelo atendente e finalizado o atendimento;
- e) Para atendimento dos itens acima, o sistema deverá encaminhar ao e-mail do Gestor no final da conversa, todo o conteúdo tratado no atendimento;
- f) O Gestor deverá enviar um e-mail para o atendimento, indicando uma dúvida a ser sanada, contendo as informações mínimas de nome, assunto, e-mail de contato e descrição do tema a ser discutido;
- g) O Gestor deverá ter a opção de encaminhar uma imagem (print screen) ou arquivo para ilustrar a questão;
- h) O sistema deverá responder automaticamente ao envio do e-mail dando uma resposta ao recebimento e orientando o Gestor para os próximos passos;

11. VALOR ESTIMADO E FORMA DE PAGAMENTO:

11.1 O valor estimado da contratação será definido a partir de pesquisa de preços realizada conforme a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, considerando referências de mercado, contratações similares e fontes oficiais.

11.2 O pagamento será realizado em 04 (quatro) parcelas, sendo 02 (duas) por semestre, mediante apresentação de relatório de execução devidamente atestado pelo fiscal do contrato, condicionado à comprovação da conformidade das entregas com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência. A quitação será efetuada por meio de remessa eletrônica pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Suzano, observados os prazos legais vigentes, contados a partir da data de atestação da despesa.”

11.3. Como parâmetro de vantajosidade econômica, utiliza-se o valor adjudicado no Pregão Presencial nº 031/2021 (PA 09.662/2021) de R\$ 1.523.020,00, servindo como preço de referência histórico, devendo ser atualizado monetariamente para a presente contratação considerando a ampliação do escopo com suporte presencial.

12. PRAZO DE EXECUÇÃO:

O contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 10 anos, nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/2021, desde que atestada a vantajosidade e o cumprimento das metas pedagógicas.

13. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

Poderão participar empresas regularmente constituídas, com comprovada capacidade técnica e operacional para execução dos serviços, que atendam aos requisitos do edital e apresentem todas as declarações e documentos exigidos. É vedada a participação de empresas que não possuam solução tecnológica própria ou que não comprovem experiência compatível com o objeto.

14. DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

Em caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações contratadas, aplicam-se às penalidades previstas na Lei 14.133/2021, incluindo advertência, multa, suspensão temporária e impedimento de contratar com a Administração. As penalidades serão graduadas conforme a gravidade da infração, reincidência e prejuízo causado à Administração.

15. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A solução deverá atender integralmente às especificações técnicas e pedagógicas estabelecidas neste Termo de Referência, cumprir a BNCC, garantir interoperabilidade, acessibilidade, segurança da informação, estabilidade operacional e atendimento eficiente. A contratada deverá assegurar conformidade com a LGPD e com as normas aplicáveis à gestão de dados educacionais.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS:

As disposições deste Termo de Referência integram o edital e o contrato, prevalecendo, em caso de dúvida, a interpretação que melhor atenda ao interesse público e às diretrizes educacionais da Secretaria Municipal de Educação. Situações não previstas serão resolvidas pela contratante, observada a legislação vigente.

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por servidor designado, que atuará conforme os arts. 117 a 119 da Lei 14.133/2021, registrando todas as ocorrências relevantes, acompanhando a execução, avaliando indicadores e assegurando a conformidade técnica, administrativa e pedagógica dos serviços prestados.

Gestor: Francisco Carlos Franco,

Matrícula - 3516

Fiscal: Rosangela Aparecida Matias Andriatti,

Matrícula - 009819

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

(Processo Administrativo nº 13.019/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2026, QUE FAZEM ENTRE SI PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO, COMO CONTRATANTE, E A EMPRESA _____, COMO CONTRATADA, PARA Locação de licença de uso de sistema on-line e off-line para o ensino da rede municipal de Suzano, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2026, CONFORME DECIDIDO NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 13.019/2025, DE 10/12/2025, PARA OS FINS QUE ESTABELECE

A CONTRATANTE, PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 46.523.056/0001-21, com sede nesta cidade e Comarca de Suzano, Estado de São Paulo, situada na Rua Baruel, n. 501, Centro, neste ato, representado por seu Secretário Municipal de Educação, Renata Priscila Valencio Magalhães, e como CONTRATADA, a empresa _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, Município e Comarca de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e no Estado sob nº _____, neste ato, devidamente representada por seu _____, Senhor _____, _____, _____, portador da Cédula de Identidade RG. nº _____-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº _____ residente e domiciliado na Rua _____, nº _____ Município de _____, Estado de _____, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 13.019/2025, DE 10/12/2025, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 026/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a Locação de licença de uso de sistema on-line e off-line para o ensino da rede municipal de Suzano, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da ordem de início, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

- 7.1. Os preços poderão ser reajustados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, com base no índice INPC - IBGE, mediante requerimento expresso da Contratada em Processo Administrativo próprio, que será apreciado pela secretaria gestora, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.2. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

- 8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de dois meses, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou

o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. **Multa:**

- 1. Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
 - i. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 25% a 30% do valor do Contrato.
- 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% a 25% do valor do Contrato.
- 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
- 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
- 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da execução do presente contrato serão suportadas com recursos constantes da dotação: 01.0880.12361.2000.6115.3390.3900, 01.0880.12366.2000.6115.3390.3900, 01.0880.12367.2000.6115.3390.3900 e 01.0880.12365.2001.6101.3390.3900 do orçamento vigente da CONTRATANTE, que será regularmente empenhado, em nome da CONTRATADA, para atender a tal finalidade.

13.2. Quando o caso, a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº [14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – LGPD

17.1. A CONTRATADA desempenhará suas obrigações com todo zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente, devendo respeitar, ainda, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, pelo que se compromete a não divulgar, por nenhum meio, os dados pessoais a que teve acesso em virtude do presente contrato, sob pena de responder pelos danos ocasionados pela sua divulgação, mau uso, perda, extravio ou inutilização, salvo se comprovado caso fortuito ou força maior, mesmo se tal ocorrer por ação ou omissão de seus prepostos ou quaisquer pessoas que a eles tenham acesso.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

18.1. A gestão e fiscalização do presente contrato ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Educação, por meio de gestor de contrato e fiscal devidamente designados, conforme consta no Processo Administrativo nº 13.019/2025, DE 10/12/2025, a quem compete acompanhar todos os trâmites de praxe, verificar o bom cumprimento das obrigações, obedecendo às cláusulas contratuais e aos demais documentos que o integram, em atendimento às exigências legais previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2. A fiscalização será exercida no âmbito dos interesses da CONTRATANTE e não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes/prepostos. Qualquer exigência da fiscalização inerente ao objeto e termos do presente instrumento deverá ser prontamente atendida pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

18.3. Verificada a ocorrência de irregularidade injustificada no cumprimento do contrato, a fiscalização indicada pela CONTRATANTE adotará providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação de penalidades, quando for o caso.

18.4. Compete ainda à fiscalização da CONTRATANTE, elaborar justificativas para instrução dos procedimentos que resultarem em Termos Aditivos e as justificativas e fundamentações de quaisquer outros instrumentos de alteração contratual, bem como sugerir normas e orientações visando o exato cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO ([art. 92, §1º](#))

19.1. Fica eleito o foro desta Comarca de Suzano, Estado de São Paulo, para dirimir, no âmbito judicial, qualquer questão decorrente deste contrato e que não seja solucionada, de forma amigável e na esfera administrativa, pelas partes, ainda que outro concorra em competência.

E, pois, assim se achando as partes pactuadas, firmam o presente instrumento, impresso somente no anverso em duas (02) vias de igual teor, conteúdo e forma, na presença das testemunhas abaixo

Suzano, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-